



TSE firma pacto por tolerância religiosa

Acordo reúne representantes de diversas crenças para disseminar mensagens de respeito mútuo e conter a violência na corrida eleitoral. Ministro Nunes Marques, presidente da Corte, dá sequência ao compromisso fechado no pleito de 2022

» GIOVANNA RODRIGUES

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, assinou, ontem, o pacto de paz e tolerância para as eleições de 2026. A assinatura tem como estratégia buscar o apoio direto de lideranças religiosas para garantir um ambiente eleitoral sem violência.

O encontro reuniu cerca de 50 líderes da sociedade civil e de diversas vertentes religiosas, de padres e pastores a babalorixás, monges budistas, espíritas e representantes de comunidades islâmicas, israelitas e anglicanas. O pacto também conta com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil.

A ideia é engajar as lideranças ecumênicas na disseminação de mensagens de respeito mútuo, não violência e valorização do pluralismo de ideias ao longo da corrida eleitoral. A articulação reedita e amplia a iniciativa criada, em 2022, pelo ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Trbunal Federal, apostando na capilaridade dos líderes religiosos para pregar o respeito ao pluralismo e conter os ânimos no pleito que se aproxima.

Fachin lembrou que o compromisso “paz e tolerância nas eleições” foi criado como um chamado às organizações religiosas e à sociedade civil para que se unissem à Justiça Eleitoral na preservação da “serenidade do processo democrático”. Disse, também, que a legitimidade das urnas também é construída a partir do respeito à cidadania e à convivência democrática.

“Discordar não é, nem pode ser, sinônimo de odiar”, frisou.

Continuidade

Ele destacou que, quatro anos depois, a gestão do ministro Nunes Marques dá continuidade à iniciativa, abrangendo temas como o combate à desinformação e o uso responsável das novas tecnologias no debate público. Para o presidente do STF, a continuidade mostra que a Justiça Eleitoral preserva seus valores, independentemente de quem esteja à frente da instituição. Segundo Fachin, boas iniciativas pertencem ao Estado e

Antonio Augusto/TSE



Pacto pela tolerância celebrado no Tribunal Eleitoral faz das lideranças religiosas vetores de mensagens de respeito às divergências nas eleições

Para cardeais e arcebispos, eleitor deve votar pensando no bem comum

Reprodução/YouTube

Cardeais e arcebispos da Igreja Católica debateram, quarta-feira, o papel dos cristãos na política e os desafios da democracia. Transmitido pela Rede Vida, defenderam que o eleitor escolha candidatos comprometidos com o bem comum. Dom Jaime Spengler, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), afirmou que a democracia está longe de ser perfeita, mas depende da participação da sociedade. Para o cardeal de Brasília, Dom Paulo César Costa, o bem comum se traduz em questões concretas, como acesso à educação, saúde, moradia, trabalho e segurança. Segundo Dom Odilo Scherer, arcebispo de São Paulo, a atividade política não pode se afastar de princípios éticos.



INFLUENCIADOR DIGITAL

Lito vai para casa sob cuidado paliativo

» CAETANO YAMAMOTO*

O influenciador Lito Sousa continuará o tratamento contra a doença de Creutzfeldt-Jakob em casa. Foi o que anunciou a empresária Mila Seidl, mulher de Lito, acrescentando que não é uma alta hospitalar, mas a continuação do cuidados em um ambiente mais amigável do que um hospital. Ele está internado

há três semanas no Hospital Albert Einstein.

“A casa passou por muitas outras preparações, porque ele não está de alta hospitalar. Então, a casa tem que se mostrar segura o suficiente para manter o mesmo padrão de atendimento, de suporte que ele teria no hospital”, explicou.

O atendimento continuará sendo especializado para lidar com a

doença, mas passa a ser de forma paliativa — tratamento que tem como objetivo amenizar a dor e o sofrimento. Receber tratamento paliativo não significa que não haja mais nada a fazer ou, no caso de Lito, que a família tenha desistido de buscar alternativas.

Lito foi internado depois de ser diagnosticado com uma condição neurodegenerativa rara causada por proteínas chamadas prions. A doença pode provocar demência, desordem cerebral, tremores e perda de habilidades motoras. Atualmente, não há tratamento e os cuidados disponíveis são voltados ao controle dos sintomas.

Segundo a coordenadora do

Comitê de Neurologia da Academia Nacional de Cuidados Paliativos, Vanessa Hachiman, toda pessoa com diagnóstico de doença neurológica grave, progressiva e que ameace a continuidade da vida já é elegível para cuidados paliativos. Para ela, em doenças neurológicas progressivas, os principais sintomas de sofrimento variam conforme o diagnóstico, a fase da doença e as comorbidades associadas.

“Entre as manifestações mais frequentes estão dor, falta de ar, dificuldade para engolir, perda de mobilidade, angústia, medo, isolamento, irritabilidade e desesperança. Os familiares também sofrem ao acompanhar o sofrimento do

ente querido. O aspecto mais importante em cuidados paliativos é que, para cada sintoma identificado, a equipe busque ativamente formas de aliviá-lo”, disse.

Ideia equivocada

Vanessa explicou que tratamento paliativo não significa assistência no fim da vida — segundo ela, uma ideia equivocada, decorrente do desconhecimento sobre a especialidade. Lito descobriu a doença de Creutzfeldt-Jakob (DCJ) depois de ter sido diagnosticado com câncer de próstata, há cerca de quatro meses. Enquanto organizava o tratamento, começou a apresentar sintomas neurológicos

à sociedade, e não a uma gestão, que é algo episódico.

O ministro salientou que a democracia depende também da capacidade de conviver com opiniões diferentes. E acrescentou que a confiança nas instituições e no sistema eleitoral deve estar acompanhada do respeito à diversidade de ideias.

Nunes Marques, por sua vez, disse que a iniciativa busca fortalecer a democracia e reafirmar o pluralismo político. Salientou que essa pluralidade exige diálogo, tolerância e respeito às diferenças.

Para o presidente do TSE, a disputa pelos rumos do país deve ocorrer de forma legítima, livre e respeitosa, e o Pacto Nacional pela Paz e Tolerância nas Eleições 2026 parte da premissa de que não é preciso pensar da mesma maneira para construir, em conjunto, uma sociedade mais justa.

Já o vice-presidente do TSE, ministro André Mendonça, destacou que a atuação firme e harmônica das instituições é essencial para garantir a lisura, a confiança pública e o sucesso das eleições. Observou, ainda, que as instituições sociais — como igrejas, templos, terreiros e qualquer fundação de cunho religioso — exercem o papel de pilar da sociedade por chegarem a espaços que o Estado não alcança, exercendo o papel de mediadores sociais.

“O processo eleitoral não depende só do TSE ou do funcionamento das urnas. Mas, também, da atuação dessas instituições, conscientizando os eleitores, dando a eles segurança, demonstrando a importância do voto e da participação social, num momento em que todos os brasileiros são iguais. Independentemente de raça, etnia, cor, sexo, posição econômica, meu voto vale o mesmo para todos os brasileiros”, destacou.

O pacto foi assinado pelos ministros, os representantes da OAB e das Nações Unidas e líderes religiosos, como o cardeal Dom Jaime Spengler, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Mãe Cícera d’Oxum (Cícera Severina de Sousa) e Pai Adaguberto, líderes do Templo Espiritual Rosa Branca; Bábá Márcio de Jagun, fundador do Instituto Ori; e Gírrad Mahmoud Sammour, presidente e fundador da Associação Nacional de Juristas Islâmicos (Anaji), entre outros.

atípicos. Ele percebeu uma perda progressiva do controle motor do braço e da mão esquerdos enquanto digitava roteiros para o canal, que evoluiu para dormência e falta de coordenação.

Vanessa frisa que em situações de evolução muito rápida e imprevisível de uma doença, o principal cuidado a ser antecipado é buscar conhecer os valores de vida do paciente. “Essa abordagem precisa ser conduzida com técnica e sensibilidade, de forma não invasiva, respeitando o momento de cada paciente e de cada família”, afirmou.

*Estagiário sob a supervisão de Fábio Grecchi